

Educação, crise e mudança

30 JUN 1987

EURIDES BRITO DA SILVA

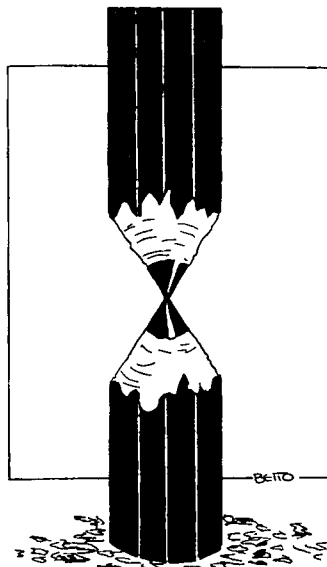
A partir dos anos 70 a educação passou a viver questões críticas no mundo inteiro. Enquanto anteriormente sobravam esperanças quanto ao que a educação poderia fazer e os recursos aumentavam continuamente, a crise econômica mundial dos anos 70 trouxe duras restrições orçamentárias. No entanto, apesar das exigências de gastar cada vez menos, continuam de pé solicitações contraditórias no sentido de melhorar a qualidade e atender à pressão da demanda social por parte dos indivíduos, das famílias e dos grupos sociais. Por outro lado, a crise também veio formar numeroso contingente de jovens e diplomados sem emprego. Em resposta, muitos sistemas educacionais têm reduzido as admissões para certos tipos de cursos, embora sejam amplamente reconhecidas as dificuldades teóricas e práticas de se fazer previsões da oferta de mão-de-obra.

Esse quadro, que marca o mundo de hoje em suas diversas latitudes e longitudes, é o tema do Sexto Congresso Mundial de Educação Comparada, a realizar-se no Rio de Janeiro de 6 a 10 de julho próximo. Conforme Michel Debeauvais, ao escolher o tema o Conselho Mundial das Sociedades de Educação Comparada quis submeter à reflexão e às discussões dos especialistas de todos os países um assunto de amplitude internacional, que levanta problemas novos para a educação e a comunidade internacional. Nesse campo, respeitando as particularidades inerentes a cada país, a Educação Comparada pode dar uma contribuição relevante através dos seus três domínios: as pesquisas e o avanço dos conhecimentos através das

comparações internacionais; a comparação das práticas e dos processos de ensino; e a comparação das políticas educacionais dos diversos países. Indiscutivelmente, somos todos passageiros da mesma nave. A crise econômica é ampla e suas dificuldades atingem a todos. As restrições impostas à educação são comuns a muitos países, com suas danosas consequências.

Por isso mesmo, é necessário ver o todo, sem, naturalmente, deixar de encarar as particularidades inerentes a cada realidade nacional e mesmo regional.

No caso do Brasil, continuamos a enfrentar os desafios desta crise, em que o endividamento externo assume dimensão da maior gravidade. Visando a proteger a educação no âmbito da alocação de recursos públicos, a Emenda Calmon, em 1983, estabeleceu níveis mínimos de recursos de impostos a serem aplicados em favor da manutenção e desenvolvimento do ensino. Hoje, a Assembléia Nacional Constituinte debate amplamente a realidade nacional e busca traçar as linhas que levem o País a uma sociedade mais justa. Todavia, sérias definições estão por vir, tanto no que se refere aos fins e diretrizes da educação quanto no que tange ao financiamento da educação. Levando em conta os documentos aprovados pelas comissões temáticas, é forçoso reconhecer que o quadro dos recursos públicos sofre modificações substanciais, devendo, se aprovado, alterar a distribuição de competências no campo educacional. Vemos com profunda preocupação propostas no sentido de vedar a



vinculação de recursos em geral, de acabar com o Finsocial e de extinguir ou pelo menos criar sérios obstáculos ao salário-educação. Como se sabe, o MEC será diretamente atingido em suas fontes. Programas da maior alcance, como a merenda escolar e o livro didático, dependem hoje do Finsocial. A expansão da rede escolar de 1º Grau em todo o País, através principalmente de despesas de investimento, se deve atualmente ao salário-educação. Para se ter uma idéia, com a nova divisão da receita tributária, a fatia que, proporcionalmente, hoje cabe ao MEC mal daria para sustentar o ensino superior, com todos os seus estrangulamentos. Como os estados e os municípios seriam melhor aquinhoados em suas rendas, correspondendo ao princípio federativo, cabe discutir o que é melhor para a educação no que se refere à divisão das tarefas. Estariam os estados aptos a as-

sumir o ensino superior, enquanto o MEC teria apenas um papel coordenador? Estariam os municípios em geral em condições de arcar com a educação pré-escolar e o ensino de 1º Grau?

São essas algumas das questões que devem marcar o debate constitucional, ao nos debruçarmos sobre o anteprojeto da Comissão de Sistematização. É nosso dever alertar, porém, que a educação deve ser preservada a qualquer custo do tratamento residual que muitas vezes recebe nos orçamentos públicos. Para tanto, a vinculação de percentuais de recursos tem-se mostrado historicamente a sua maior defesa, embora a proposta de estabelecimento de padrões mínimos de qualidade e custos, a serem mantidos pelos Poderes Públicos, também constitua uma medida de grande relevância. De outra parte, não se pode admitir que o salário-educação nem tampouco as contribuições para o Senai e o Senac — instituições que funcionam — sejam trocados. Isto só seria pensável quando não houvesse crianças fora da escola nem necessidades de formação profissional a atender. Assim, os educadores e a sociedade, independentemente de posição ideológica, têm pela frente uma luta árdua, porém compensadora. A educação, a crise e a mudança são ingredientes da própria conjuntura histórica mundial. E acreditamos que, com a participação de todos, sejam escolhidos os caminhos que interessam à educação democrática e à justiça social.

Eurides Brito da Silva, professora da Universidade de Brasília, é vice-presidente do Conselho Mundial de Educação Comparada e suplente de deputado pelo PFL do Distrito Federal.